

# SUMÁRIO

Prefácio .....	9
<i>Silvana Mara de Moraes dos Santos</i>	
<i>Sâmya Rodrigues Ramos</i>	
Apresentação .....	21

## Parte I

### Particularidades Históricas e Político-Regionais

1. A questão regional e o Nordeste no desenvolvimento do capitalismo brasileiro	
<i>Evelyne Medeiros Pereira</i> .....	31
2. “Equilíbrio de antagonismos” versus “desenvolvimento desigual”: o lugar do Nordeste na formação social brasileira	
<i>Marco Mondaini</i> .....	48
3. As ligas camponesas e seu impacto político na Região Nordeste	
<i>Maria do Socorro de Abreu e Lima</i> .....	61
4. O PCB, as esquerdas, a esquerda católica, as instituições e os movimentos sociais em Pernambuco <i>ante e post</i> 1964	
<i>Michel Zaidan Filho</i> .....	75

- 5.** A Igreja católica e o Serviço Social no Nordeste: acenos históricos e perspectivas  
*Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá*..... 82

## Parte II

### Gênese, Desenvolvimento e Renovação do Serviço Social no Nordeste

- 1.** Marcos históricos do Serviço Social em Alagoas  
*Maria Virgínia Borges Amaral*  
*Reivan Marinho de Souza*  
*Rosa Lúcia Prêdes Trindade* ..... 99
- 2.** A escola de Serviço Social da Bahia em sua primeira década (1944-1954)  
*Iraneidson Santos Costa*  
*Cristiana Mercuri de Almeida Bastos*..... 116
- 3.** O curso de Serviço Social no Ceará  
*Leila Maria Passos de Souza Bezerra*  
*Liduína Farias Almeida da Costa* ..... 132
- 4.** Formação profissional em Serviço Social no movimento da história no Maranhão  
*Franci Gomes Cardoso*  
*Marina Maciel Abreu*  
*Josefa Batista Lopes*  
*Raimunda Nonata do N. Santana*  
*Cristiana Costa Lima* ..... 149

<b>5.</b>	O Serviço Social em Natal (RN)	
	<i>Rita de Lourdes de Lima</i> .....	168
<b>6.</b>	Trajatória do Serviço Social na Paraíba	
	<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> .....	186
<b>7.</b>	A emergência, desenvolvimento e tendências do Serviço Social em Pernambuco	
	<i>Adilson Aquino Silveira Júnior</i> .....	201
<b>8.</b>	O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí: contexto histórico e singularidades	
	<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
	<i>Maria do Rosário de Fátima e Silva</i>	
	<i>Simone de Jesus Guimarães</i> .....	216
<b>9.</b>	Retrospectiva histórica do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe: 1954 a 2021	
	<i>Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves</i> .....	231

### Parte III

#### O Serviço Social em Pernambuco: a contribuição do PPGSS/UFPE

<b>1.</b>	Mediações históricas da formação profissional em Pernambuco: atuação da Igreja e do Estado (1940-1970)	
	<i>Ana Cristina de Souza Vieira</i> .....	249
<b>2.</b>	Notas sobre o Serviço Social em Pernambuco e a renovação do Serviço Social brasileiro	
	<i>Ana Elizabete Mota</i> .....	264

<b>3.</b>	O significado do desenvolvimento de comunidade	
	<i>Ana Cristina Brito Arcoverde</i> .....	282
<b>4.</b>	A questão urbana no Nordeste: décadas de 1940 a 1960	
	<i>Rosa Maria Cortês de Lima</i> .....	297
<b>5.</b>	<i>Pernambuco imortal</i> : os caminhos da luta pela redemocratização nas décadas de 1970 a 1980	
	<i>Maria das Graças e Silva</i> <i>Mônica Rodrigues Costa</i> .....	309
<b>6.</b>	Movimentos sociais e redemocratização no Brasil: o pulsar da luta e da conjuntura no processo de renovação do Serviço Social	
	<i>Helena Lúcia Augusto Chaves</i> .....	324
<b>7.</b>	A pós-graduação em Serviço Social na UFPE: o Nordeste que se espraia no Brasil	
	<i>Angela Santana do Amaral</i> <i>Juliane Feix Peruzzo</i> .....	339
	Sobre as autoras e os autores.....	357

# PREFÁCIO

*Silvana Mara de Moraes dos Santos<sup>1</sup>*  
*Sâmya Rodrigues Ramos<sup>2</sup>*

E no meio da esperteza  
Internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos

A cidade não para  
A cidade só cresce  
O de cima sobe  
E o de baixo desce  
A cidade não para  
A cidade só cresce  
O de cima sobe

(“A cidade”, Chico Science)

---

1. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *E-mail*: silvana.mara.morais@ufrn.br

2. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). *E-mail*: samyaramos@uern.br

Nos versos do artista pernambucano Chico Science, reafirmamos a relevância social, seja esta expressa nas variadas formas artísticas ou na pesquisa acadêmica, da reflexão crítica sobre a tragédia do projeto capitalista e a densa e cruel realidade da luta de classes e suas particularidades regionais, aqui em destaque a Região Nordeste.

O honroso convite para escrevermos este prefácio nos provocou o efeito semelhante à alquimia dos sons do legado de Science, posicionando-nos entre a alegria, o desejo de conhecer mais do tema principal do livro e o desafio responsável de justificar as razões pelas quais as novas gerações, a quem as organizadoras destinam os resultados desta pesquisa coletiva, devem não somente fazer a leitura, mas identificar lacunas e desdobrar novos questionamentos. De forma tal que levem à produção de pesquisas de continuidade e aprofundamento, oferecendo materialidade para a criação de uma linha de estudos sob a liderança do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE), que verse sobre as particularidades do Serviço Social no Nordeste e que tem, nesta obra, uma espécie de marco referencial.

Inevitável que a leitura do livro tenha nos remetido à nossa própria formação intelectual e política, vivenciada, em temporalidades comuns, nos “Nordestes” do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Dos diálogos reflexivos que cultivamos entre leitura da obra e escrita do prefácio, revivemos, como memória singular e coletiva, dimensões de nossa trajetória. Mestras e mestres que comparecem neste livro, seja como autores/as, seja como referências bibliográficas ou de alusão às suas contribuições, tivemos a grata satisfação da interlocução nos tempos estudantis.

Da pós-graduação na UFPE, fazemos referência aos professores Gadiel Perruci e Denis Bernardes, os quais, na rica convivência acadêmica entre História e Serviço Social deixaram-nos um legado extraordinário para o entendimento da formação sócio-histórica do Brasil e do Nordeste e à professora Anita Aline Albuquerque Costa, com destacada participação no planejamento para a criação

da referida pós-graduação e posterior atuação como docente do seu quadro permanente.

Inesquecíveis, também, são os ensinamentos repletos de desafios teórico-políticos de tantos outros docentes da UFPE e das demais universidades que compõem este livro. Nosso encontro com cada um/uma é multilocalizado nos ambientes da formação profissional (graduação e pós-graduação), da militância orgânica nas entidades da categoria (CFESS e ABEPSS) e na convivência, ora estudantil, ora docente, em que travamos juntas/os debates e trocas afetivo-político-intelectuais.

Na forma de síntese subjetiva, destacamos desta nossa memória o convívio com as organizadoras deste livro, Ana Elizabete Mota e Ana Cristina de Souza Vieira, como queridas mestras dos tempos da pós-graduação na UFPE, e Angela Amaral, como parceira estudantil e, em seguida, em conjuntura bem próxima, nossa inserção na condição de docente, ainda que em universidades públicas distintas.

Com cada uma delas aprendemos o gosto pela pesquisa, valorizando o solo profícuo da relação entre a formação e o trabalho profissional em suas complexas interações dialéticas. Ademais, dessa interlocução colhemos, também, as lições históricas do compromisso com a classe trabalhadora, a identificação crítica das ciladas do mundo burguês impostas ao mundo do trabalho e os desafios dirigidos aos seus instrumentos político-organizativos e suas “pelejas” no embate das lutas sociais em conjunturas bastante desfavoráveis.

A memória que revisitamos, mediante a leitura do livro, apesar de se constituir em algo significativo, repleto de emoções e vivências, mediadas pelo compromisso com o projeto ético-político e no encontro entre gerações que fazem o Serviço Social na Região Nordeste não é suficiente para demonstrar a grande contribuição que esta obra possibilita. Sobre isso, em 2016, por ocasião da comemoração dos oitenta anos do Serviço Social no Brasil, Netto (2016, p. 52)<sup>3</sup> chamou a atenção

---

3. NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o*

para a distinção entre memória e reconstrução analítica, entendendo-as como dimensões embora relevantes, qualitativamente diferentes.

Essa memória, realmente, não é o fundamento sobre o qual se deve assentar o procedimento qualificado para desvendar e trazer à luz o processo histórico efetivo: a memória (individual e coletiva, aquela dos sujeitos singulares e aquela de categorias profissionais, grupos e classes sociais) é parte constitutiva da história profissional e incide sobre ela; mas a memória não se elabora a partir de parâmetros lógicos e racionais [...]. Há memórias distintas, e até colidentes, dos mesmos eventos e processos históricos. Ora, a reconstrução analítica — suposto da reprodução teórica — do processo histórico efetivo, na pesquisa da sua gênese e do seu desenvolvimento para alcançar o seu conhecimento verdadeiro, demanda operações e procedimentos específicos e rigorosos, próprios da ciência histórica.

No reconhecimento dessa distinção entre memória e reconstrução analítica, situamos que o presente livro descortina inúmeras particularidades contributivas à reconstrução analítica sobre o Serviço Social, de suas origens, processos de enfrentamento do pensamento e prática conservadora incorporados à profissão e os movimentos teórico, ético, político, na perspectiva de entendimento, dentre outros, da sociedade, do Estado, da laicização da profissão, da população usuária, da questão social, das políticas sociais e dos movimentos sociais em terras nordestinas.

E, para tanto, uma concepção de região e de regionalidade é abraçada mediante os fundamentos de totalidade. Não se trata de mera afirmação de pertencimento geográfico, muito menos de adesão às formas tão atuais de particularismos ou de incentivo a qualquer ideia de competitividade entre regiões desse imenso e diverso Brasil.

Do diálogo fecundo com Francisco de Oliveira (1977) e um conjunto de autores/as, as organizadoras, logo de saída, na apresentação do livro, assumem explícito posicionamento de que pensar criticamente



sobre determinada região supera qualquer abordagem abstrata e põem em relevo o próprio processo de reprodução do capital, imbricado, de forma consubstancial, nas determinações econômicas, políticas e culturais. Dimensão esta retomada mais adiante no capítulo em que Ana Elizabete, ao analisar “as experiências do Nordeste que contribuíram na erosão do *Serviço Social tradicional*, nas décadas de 50 e 60 do século XX”, sugere como pressuposto que alguns desses aspectos se integram “posteriormente — com algumas particularidades — às iniciativas de ruptura com o *conservadorismo* da e na profissão, a partir dos finais da década de 1970”.<sup>4</sup>

De forma nenhuma foi à toa que este livro tenha se forjado como iniciativa de docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Em plena comemoração dos 81 anos da criação do curso de Serviço Social em Pernambuco e dos 42 anos do PPGSS/UFPE, ficam evidentes as marcas de um processo de construção coletiva de muitas gerações dessa profissão em diálogos e interações criativas com parceiros/as de áreas afins, em diferentes contextos e correlações de forças. O protagonismo formativo desse programa de pós-graduação é reconhecido e reverenciado em nível regional e nacional. Mas agora, como afirmam as organizadoras, *trata-se de suprir uma lacuna do conhecimento histórico/teórico do Serviço Social brasileiro, sobretudo junto às novas gerações, sobre a trajetória de criação, desenvolvimento e tendências do Serviço Social na região, tendo-as como público-alvo deste livro.*

Tal fato desfaz qualquer ideia de linearidade no trato histórico, posto que o que oferece magnitude ao programa não é dado mecanicamente pelo tempo medido em anos relativos ao seu surgimento na cena acadêmica. Sua legitimidade consiste em sua capacidade de formação do seu quadro docente em conjunturas adversas; da capacidade de articulação político-acadêmica de prever e planejar a criação do programa em tempos de reorganização da vida social, ali em 1979, na saída da ditadura civil-militar e praticamente colado ao extraordinário “congresso da Virada”; de aprimoramento contínuo da

---

4. Cf. capítulo contido neste livro.

sua proposta pedagógica, espalhando seus horizontes além do universo pernambucano, alcançando efetivamente a Região Nordeste e o Brasil. Foi o segundo programa de pós-graduação da área na Região Nordeste, antecedido pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), criado em 1978. Entre sua gênese e os dias atuais, são 42 anos abarcando, também, o curso de doutorado em Serviço Social, com 22 anos de existência.

Em valiosa síntese sobre o PPGSS/UFPE, Angela Amaral e Juliane Peruzzo, no capítulo que encerra este livro, alcançam o núcleo central de seu processo histórico ao afirmarem que, por meio do programa, “o Nordeste se espalha no Brasil”. E mostram a tendência anunciada na justificativa para sua criação em 1979, devidamente legitimada por avaliadores do programa, em 1981 e 1982, em que duas razões se destacavam para a abertura do curso. Tratava-se da preocupação teórico-política com as particularidades da Região Nordeste e com a formação do quadro docente para o ensino superior na região.

Esse legado se faz ainda mais potente quando situamos historicamente o rumo prevalecente das reflexões na área das Ciências Humanas e Sociais. Entre os anos 90 do século XX e as décadas de 2000, chão histórico mais recente, o programa conquistou direção social, enfrentando polêmicas postas na ordem da conjuntura de implementação e avanço do neoliberalismo e de uma ofensiva do projeto burguês, destacando-se, entre outros temas, os variados objetos de estudo revelados nas dissertações de mestrado, nas teses de doutorado, nas pesquisas de seus docentes e nos estudos que animaram os grupos de pesquisa, quais sejam: incentivo à reflexão crítica sobre a produção e reprodução da sociedade capitalista, na contramão da anunciada crise de paradigmas prevalecente no mundo acadêmico; desenvolvimento de pesquisas que evidenciavam os limites do entendimento do cotidiano, desconectado das determinações societárias e crítica ao ideário de aclamação da vida privada em contraposição mecânica à vida pública; crítica à afirmação do caráter economicista quanto à formulação de que a década de 1980 teria sido, necessariamente, uma década perdida, em face das derrotas econômicas sofridas pela classe trabalhadora, evidenciando férteis debates que traziam à tona as contradições postas

na realidade, com a presença dos movimentos sociais, o surgimento de novos partidos políticos de esquerda e a ampliação da luta por direitos, sem ceder às ilusões jurídicas e politicistas; contribuição efetiva para o espraiamento no Serviço Social dos estudos sobre o pensamento de Gramsci e de Lukács, com especial destaque em relação a este último, por meio do fortalecimento dos vínculos com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal); capacidade de acolhimento de diversos temas que só mais adiante se consolidariam na agenda profissional, a exemplo da diversidade sexual, da questão ambiental e do feminismo; recusa permanente ao distanciamento da pesquisa sobre a formação e o trabalho profissionais, reconhecendo devidamente na história o Serviço Social como profissão e área de conhecimento, com limites, desafios e necessidade de aprimoramento de seu referencial teórico-metodológico e ético-político; incentivo e solidariedade no apoio à criação de outros programas de pós-graduação em Serviço Social na Região Nordeste e participação efetiva de suas lideranças docentes em nossas entidades representativas, com destaque especial para a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Desde a criação do PPGSS/UFPE foi identificada a necessidade histórica de adensamento de pesquisas sobre as particularidades da Região Nordeste. Mais adiante, quase duas décadas depois, durante o debate desencadeado com as diretrizes curriculares, novamente essa temática se impôs por meio do entendimento de que, entre a análise das determinações sócio-históricas da sociedade capitalista e o cotidiano profissional, um vácuo precisava ser preenchido. Ali estava a chave de que o conhecimento da formação sócio-histórica, com a questão regional e a devida incorporação das relações sociais patriarcais de sexo/gênero e raciais eram importantes para a apreensão das expressões da questão social no capitalismo contemporâneo. Diante dessa realidade, muitos cursos desenvolveram pesquisas com o objetivo de resgate e análise das suas origens.

Como observei, nos anos mais recentes, uma atenção maior vem sendo dedicada à memória do Serviço Social no Brasil — tendência que, e, também, o sublinhei, deve ser estimulada. No que tange à história do

Serviço Social em nosso país, a mim me parece — e posso, ainda que não o creia, estar lavrando em erro — que se verificam, designadamente desde meados dos anos 1990, dois movimentos distintos e assimétricos: (1) cresce visivelmente o quantitativo de estudos localizados e particulares acerca da fundação de escolas e cursos [...]; (2) são praticamente inexistentes os estudos que visam à elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil como um todo (Netto, 2016, p. 54)<sup>5</sup>.

A presente obra preenche, portanto, uma lacuna da maior relevância. As pesquisas que resgatam a origem das escolas pioneiras quanto à implementação do Serviço Social em seus estados integram uma dinâmica de análise em que o contexto histórico não é tratado como mera descrição da conjuntura em determinado período.

Diferentemente disso, a realidade de criação das escolas de Serviço Social, suas características iniciais, tendências e alterações significativas no decurso histórico são situadas em uma processualidade histórica em que a questão regional é parte integrante da questão nacional, com as devidas mediações relativas à questão internacional. A ideologia como força material esconde uma explícita função social que a periferia assume em relação aos países capitalistas centrais e que se reproduz, com determinações contundentes, no universo da questão regional.

Queremos sintetizar que o livro reúne 33 pesquisadores/as em 21 capítulos com representação de todos os estados da Região Nordeste, nucleados em torno de três eixos articuladores, os quais permitem a travessia de superação entre a memória e a reconstrução analítica. A partir desses eixos destacaremos os aspectos abordados que melhor explicitam resultados e a qualidade da pesquisa desenvolvida.

Os capítulos da primeira parte, intitulada **Particularidades históricas e político-regionais**, voltam-se para o tratamento histórico concedido à formação social e política brasileira, também abordando

---

5. NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Serviço Social no Brasil: História de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

a questão regional na formação sócio-histórica, observando as determinações das relações sociais capitalistas no contexto nacional. É destacada a função social que assume a Região Nordeste na relação com as demais regiões no decurso do desenvolvimento capitalista no Brasil e é exposta, ainda, fértil síntese sobre as contribuições de cinco autores (Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro) que se dedicaram à análise da formação social brasileira, sob a perspectiva de “uma narrativa formacional sobre a sociedade brasileira”. Essa parte é finalizada com dois ensaios de cunho analítico sobre o significado político de sujeitos coletivos que, a exemplo das Ligas Camponesas, do PCB e da Igreja católica, marcam a trajetória da Região Nordeste, destacando o sentido das lutas sociais e sua direção social no universo da política e das necessidades históricas da laicidade.

A parte II, **Gênese, desenvolvimento e renovação do Serviço Social no Nordeste** é integrada por nove capítulos, todos escritos por pesquisadoras/res das capitais nordestinas que refletem o caráter confessional dos membros criadores e protagonistas das primeiras escolas de Serviço Social da Região Nordeste, a partir da década de 40 do século XX. As autoras e autores discorrem sobre o processo de incorporação das escolas de Serviço Social às universidades, evidenciando determinações regionais no tratamento dado à questão social e a capacidade de articulação política tão presente no Serviço Social contemporâneo, ainda que atualizada em face da renovação teórico-metodológica. Igualmente problematizam e contextualizam historicamente as determinações societárias que incidem nas origens do Serviço Social em cada estado e em seus processos de ruptura com o conservadorismo na direção social do projeto ético-político, considerando fenômenos políticos que foram transmutados em fenômenos naturais, a exemplo da seca, presente na Região Nordeste, bem como a reprodução simultânea de relações arcaicas e modernas mediante o desenvolvimento desigual interno do capitalismo no Brasil.

Ademais, apontam os desafios enfrentados, considerando as particularidades da formação profissional, determinadas pelo movimento

histórico em nível local, nacional e internacional. A formação profissional realizada nos cursos de Serviço Social da Região Nordeste se vincula organicamente às orientações da ABESS/ABEPSS, à direção social do projeto ético-político e à defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, como uma das mediações para a construção do conhecimento, direcionado à garantia das necessidades humanas. Oportunamente fazem a crítica à implementação da política educacional que apreende a educação como mercadoria e promove a expansão precária do ensino superior por meio da estratégia de implementação dos cursos de ensino a distância.

A última parte, **Temas e reflexões em torno do Serviço Social em Pernambuco: a contribuição do PPGSS/UFPE**, é integrada por sete capítulos de autoria de docentes do PPGSS/UFPE. Os capítulos dão visibilidade aos estudos e às pesquisas sobre o Nordeste nos marcos da formação sócio-histórica do Brasil e das determinações das relações sociais do capitalismo dependente e periférico. Os capítulos iniciais refletem sobre a criação do curso de Serviço Social em Pernambuco no contexto das determinações históricas e do universo da questão regional, destacando a atuação da Igreja e do Estado como campos de mediação histórica da formação profissional em Pernambuco. Reconhecem a relação entre a criação do curso de Serviço Social, os mecanismos de reprodução da sociedade e as particularidades da divisão sociorregional do trabalho e realizam a identificação da relação do Serviço Social com as iniciativas de participação popular, articuladas à educação popular, à teologia da libertação e à influência do educador Paulo Freire, bem como, mais recentemente, à da ação dos movimentos sociais, culturais e de esquerda. Tratam da valorização da efervescência político-cultural de Pernambuco como elemento de determinação do processo de renovação da profissão, bem como da forte atuação nas lutas em defesa da democracia e do estado de direito que inspirou e ao mesmo tempo contou com a participação efetiva de segmentos da categoria profissional.

Ao destacar a relação entre o Serviço Social e a política de desenvolvimento da Sudene, analisam criticamente a força política do desenvolvimento e a organização de comunidade e sua participação

em programas e projetos de planejamento regional, bem como seus limites e suas contradições quanto à sintonia com os interesses da classe trabalhadora. Integra ainda esta parte um capítulo que aborda as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores migrantes, que faziam a precária travessia entre viver na Zona da Mata e mudar para as periferias urbanas. Finalizando esse eixo, o último texto discorre sobre a participação do PPGSS/UFPE na formação de docentes da Região Nordeste, identificando tendências históricas, entre elas, a determinação para a criação do curso de doutorado em Serviço Social em uma conjuntura de contrarreformas neoliberais. Expõe iniciativas realizadas ao longo da existência do Programa, destacando o desenvolvimento de projetos acadêmicos de solidariedade com outras universidades da região e as contribuições significativas que extrapolam o debate local e regional, alcançando visibilidade nacional sobre características e tendências da seguridade social e dos direitos sociais e sobre Serviço Social, formação profissional e trabalho profissional, no movimento contraditório da sociedade capitalista e da luta de classes.

Ao percorrermos essa variedade de reflexões profícuas, não temos dúvida das grandiosas indicações de pesquisa que emergem da leitura atenta sobre as particularidades regionais. A obra assume, assim, a condição de leitura necessária ao entendimento do Serviço Social brasileiro de forma mais densa, posto que a questão regional não significa dissociação da questão nacional. Pesquisar o Serviço Social no Nordeste é, como sinalizam as autoras, um encontro com os Nordestes. Sabemos que o projeto ético-político é construído por muitas gerações e, indiscutivelmente, a UFPE tem papel orgânico na formação de docentes que adentraram a universidade pública nos anos 90 do século XX. E mesmo diante da deterioração das condições de trabalho e da ofensiva da burguesia, com seu projeto ultraneoliberal, ultraconservador e privatizante para o ensino superior e de expansão precária e total descaso frente à morte de milhões de pessoas em face da pandemia covid-19, a resistência tem sido nossa esperança.

Aproveitamos a oportunidade para expressar nossa gratidão a essas mulheres guerreiras que, com tenacidade típica das nordestinas, edificaram esse programa, tão valioso para Pernambuco, o Nordeste e

o Brasil, e seguem fazendo história ao lado de valiosos companheiros que integram as batalhas cotidianas.

Nosso agradecimento especial à professora Ana Elizabete pela socialização do rigor teórico-metodológico para a análise da realidade em uma perspectiva de totalidade. Rigor que nada tem a ver com rigidez ou ausência de sensibilidade. De forma criativa e ousada suscita inúmeras reflexões em busca da reprodução do movimento do real, instigando as novas gerações ao pensamento crítico. Eis um dos grandes legados de nossa interlocução, que permanece viva e provocativa à reflexão crítica mais de uma década após a conclusão do curso de doutorado.

Nordeste que exala contradições que favorecem lutas e resistência. Nordeste da classe trabalhadora em sua diversidade, de Zumbi e Antônio Conselheiro. Nordeste de lutadores e lutadoras que teimam em vislumbrar a liberdade e igualdade substantivas como horizonte, em contraposição à barbárie capitalista.

Modernizar o passado  
 É uma evolução musical  
 Cadê as notas que estavam aqui?  
 Não preciso delas!  
 Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos  
 O medo dá origem ao mal  
 O homem coletivo sente a necessidade de lutar  
 O orgulho, a arrogância, a glória  
 Enche a imaginação de domínio  
 São demônios os que destroem o poder  
 Bravio da humanidade  
 Viva Zapata!  
 Viva Sandino!  
 Viva Zumbi  
 Antônio Conselheiro!  
 Todos os panteras negras  
 Lampião sua imagem e semelhança  
 Eu tenho certeza eles também cantaram um dia  
 (“Monólogo ao pé de ouvido”, Chico Science)



## APRESENTAÇÃO

Na abertura de um dos mais reconhecidos textos contemporâneos sobre o Nordeste, *O caranguejo e o viaduto*<sup>1</sup>, de autoria do professor Denis Antônio Bernardes e com a colaboração de Gadiel Perruci, ambos historiadores e professores da UFPE, com relevantes atuações no Serviço Social dessa Universidade, alertavam os historiadores sobre a “[...] difícil tarefa de fazer história no Nordeste [...] perseguidos sempre pela [...] monótona constatação de lacunas e ausências, a despeito de nas [...] áreas periféricas do espaço nacional, proliferarem documentos e fontes inexploradas à espera do pesquisador” (1996, p. 27); ao que acrescentamos, interessado. Este é o espírito intelectual e o elã acadêmico-político que motivaram o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE a reunir professores da área do Serviço Social e afins, neles incluídos docentes de todos os estados da região para iniciar uma pesquisa “interessada” em descobrir os “nordestes” que percorrem o Nordeste e, nessa processualidade, problematizar e refletir sobre a questão regional como parte da questão nacional e mundial, de onde emergem as determinações sócio-históricas do surgimento do nosso Serviço Social<sup>2</sup> como totalidade historicamente construída.

---

1. Trata-se de ensaio escrito nos finais da década de 1970 e publicado originalmente em 1990 e reeditado em 1996. BERNARDES, Denis e PERRUCI, Gadiel. O caranguejo e o viaduto (Notas para uma história social do Recife). In: BERNARDES, Denis. Recife, o caranguejo e o viaduto. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 27-71.

2. Mister ressaltar que não somos os e as pioneiras da iniciativa, inclusive porque não temos um inventário do que se produziu sobre o Serviço Social na dinâmica da formação social

Permeadas pelas expressões e pelos mecanismos de enfrentamento da “questão social” na região, é importante reconhecer que a emergência e a trajetória do Serviço Social no Nordeste, como nas demais regiões brasileiras, são produto de determinações históricas muito precisas, relacionadas aos meios e às necessidades do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista brasileira, revelando os ditames da divisão regional e internacional do trabalho no Brasil.

Vale esclarecer que nossa concepção de região segue a teorização de Francisco de Oliveira<sup>3</sup> (1977, p. 27), que exclui qualquer formulação abstrata dessa categoria, compreendendo-a como um “espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer [...]”. As regiões brasileiras, embora demarcadas por espaços geográficos, integram uma dada formação social, cujas particularidades se explicitam quando remetidas a determinada totalidade em movimento, qual seja, às relações sociais capitalistas e seus mecanismos de produção e reprodução que determinam estruturas/ conjunturas específicas. Essa concepção de região embasa o tratamento teórico e histórico dispensado à identificação dos determinantes da

---

brasileira com destaque para as particularidades regionais: uma lacuna, quiçá imperdoável, em um território com onze programas de pós-graduação *stricto sensu* a quem se impõe suprir essa ausência brevemente. Exceção deve ser feita ao pioneirismo de Safira Bezerra Ammann, autora de referência quando se trata do Serviço Social no Nordeste, antes e imediatamente após o golpe empresarial-militar de 1964. No que tange à UFPE, particularmente à nossa área, a temática das particularidades do Serviço Social em Pernambuco foi originalmente trabalhada por Vieira (1992, 2008), seguindo-se Bernardes (2004-2006) com o *Projeto Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco* (2004), Padilha (2008) e, mais recentemente, sob a coordenação de Silveira Júnior (2019, 2020), com ampla participação de discentes, o projeto de extensão *Memória e história do Serviço Social em Pernambuco* e a pesquisa *A renovação do Serviço Social na particularidade do Nordeste (1960-1980)*, com quem vimos dialogando na expectativa de uma interlocução e articulação mais sistemática. Destacamos também, muito recentemente, a produção de Evelyne Medeiros, jovem professora do departamento de Serviço Social da UFPE, com a tese de doutorado *A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional: a questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, RJ, 2018.

3. OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

criação do Serviço Social na Região, desde os anos 40 do século XX, seus percursos e as incidências das inarredáveis lutas de classe na profissão: ora afirmando suas origens ultraconservadoras, ora inflexionando-as ou intencionando rupturas, ao longo da sua existência.

Este livro encerra um esforço investigativo coletivo que, ao se constituir em uma das primeiras aproximações à temática do Serviço Social no Nordeste, permitiu-nos sistematizar os singulares contextos do surgimento da profissão a partir da segunda metade dos anos 1940 (com as primeiras escolas de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte) e as iniciativas de estruturação formativo-ocupacional e de expansão da profissão na década de 1950, mediadas pela ação da Igreja católica e pela tímida atuação do Estado. Igualmente, identifica a dinamicidade e a dimensão política da profissão, a partir dos finais dos anos 1950, sob os influxos da luta de classes que ameaçava a *pax agrarie* regional e que viria a ser “passivizada coercitivamente” pelo golpe empresarial-militar de 1964 e pela modernização conservadora levada a efeito pela industrialização do Nordeste, através da Sudene.

Não podemos esquecer que o Nordeste, nos anos 50 do passado século, assistia ao desabrochar de uma nova processualidade nas pegadas do capitalismo monopolista, ocasião em que o campo começava a se movimentar e dar unidade às lutas entre trabalhadores rurais e urbanos com as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, nas quais a Igreja progressista teve papel destacado, mediando, também, sinalizações de uma renovação no âmbito do Serviço Social em Pernambuco e nos estados vizinhos. Essas experiências evidenciam transformações na sociabilidade e organização coletiva dos trabalhadores da região, tensionando a dominação da oligarquia agrária entre os anos 50 e 60 do século XX. Período do Plano de Metas de JK que, mediante a intervenção do Estado e do capital estrangeiro (predominantemente norte-americano) e nacional (Netto, 2014), ampliava as desigualdades regionais, sob a ofensiva das classes dominantes e do imperialismo estadunidense.

Segue-se, após a curta passagem de Jânio Quadros pela presidência, a assunção do seu vice-presidente, João Goulart, em meio a

fortes embates entre as forças populares, parte das forças armadas e o núcleo conservador e golpista, como discorre Netto<sup>4</sup> (2014, p. 30). Protagonista de uma direção nacional-desenvolvimentista, o governo de João Goulart, iniciado em setembro de 1961, segundo Netto (2014, p.41), “requeria a implantação de um novo padrão de acumulação que não se resolveria no plano estritamente econômico, mas na imbricação de alternativas econômicas com transformações políticas”, razão maior da opção janguista por medidas reformistas que consolidassem as bases de uma nova política econômica, as chamadas *reformas de base*, num contexto de acirrada luta e manifestação política no Brasil e internacionalmente, marcadas pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana, de 1959. Contextualidade na qual o Nordeste amargava uma crise da economia agrária e exportadora que viria a ser substituída, gradualmente, pela industrialização da periferia brasileira.

Essa efervescência, na interpretação de Francisco de Oliveira (1977), transcendeu a região e ameaçava, inclusive, a burguesia industrial do Centro-Sul, como revelou em seu seminal ensaio *Elegia para uma re(li)gião*, referindo-se ao período da criação da Sudene que marcaria o início da intervenção planejada do Estado no desenvolvimento regional, cuja missão foi superar os conflitos de classe intrarregionais e subordinar a região às necessidades do capitalismo monopolista do Centro-Sul, em expansão (Oliveira, 1977, p. 100-115). Data desse período a postulação de que os profissionais do Serviço Social eram *agentes de mudança* e não da *transformação social*, como conceberam o movimento de reconceituação latino-americano e os setores que resistiram à ideologia das classes dominantes.

Entre resistências pontuais e adesões circunstanciais, o Serviço Social, regional e nacionalmente, praticamente emudeceu por uma década e meia. Todavia, não se aquietou e por meio das pejejas político-profissionais exercitou resistências, por vezes reinventando-se, em meio ao medo da repressão, mas conseguiu articular-se com a Igreja

---

4. NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira* (1964-1985). São Paulo, Cortez, 2014. p. 25-67.

progressista, com a educação popular, com os movimentos populares e sindical e com a pesquisa-ação, uma espécie de versão acadêmica da militância popular classista.

Em tempos e espaços diversos — consideradas as particularidades estaduais, geracionais e formativas, segmentos da vanguarda profissional regional, trilharam os caminhos da unidade na renovação do Serviço Social brasileiro, engajando-se na luta pela redemocratização, por eleições diretas, pela anistia e pelo fim da ditadura empresarial-militar, assumindo, também nesse período, particulares meios de participação no processo de *intenção de ruptura* com o conservadorismo profissional, cultural e ideopolítico que inflexionaram a direção da Convenção da ABESS, em Natal, e desaguaram na efervescência do Congresso da Virada, de 1979, em São Paulo.

Contudo, esse processo iniciado nos finais da década de 1970 somente ganharia densidade a partir dos anos 1980, com o robustecimento da organização político-acadêmica-profissional do Serviço Social, (o movimento docente e estudantil) e a consolidação da pesquisa e da pós-graduação nas universidades, como evidenciam os diversos ensaios que integram este volume. Foi a partir desse período que se começou a vislumbrar a unidade do Serviço Social brasileiro, constituindo-se, processual e historicamente, como profissão e área de produção do conhecimento, orientado com uma direção social estratégica, enfeixada por uma cultura profissional comprometida com ideários anticapitalistas e emancipatórios, particularizados em diretrizes formativas, princípios éticos e organicidade com as lutas das classes trabalhadora e subalterna.

Assim posto, na condição de organizadoras deste volume, aqui representando o Colegiado do Programa, ao tempo em que reverenciamos os 81 anos da criação do curso de Serviço Social em Pernambuco e os 42 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, também comemoramos os cinquenta anos da federalização da Escola de Serviço Social de Pernambuco, que passou a integrar o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, destacando, desde já, nosso apreço e defesa intransigente

da universidade pública, laica e socialmente referenciada. Com esta publicação, o PPGSS/UFPE inaugura uma linha de estudos sobre as particularidades do Serviço Social no Nordeste à base de um profícuo intercâmbio com docentes e discentes das Instituições de Ensino Superior da região para suprir uma lacuna do conhecimento histórico/teórico do Serviço Social brasileiro, sobretudo junto às novas gerações, sobre a trajetória de criação, desenvolvimento e tendências do Serviço Social no Nordeste, tendo-as como público-alvo deste livro.

O livro está organizado em três partes: a primeira parte — **Particularidades históricas e político-regionais** — é integrada por cinco capítulos que abordam criticamente a questão regional, tratando-a no âmbito da formação social e política brasileira, tematizando a divisão nacional e regional do trabalho na contextualidade histórica da produção e reprodução das relações sociais na ordem capitalista. Ademais, nessa parte são abordados o significado das Ligas Camponesas, o protagonismo do Partido Comunista e suas inflexões na dinâmica política do Nordeste na década de 1960; segue-se um capítulo que resgata o significado da influência da Igreja católica nas dimensões ética, política e técnica da profissão e da formação profissional. A parte II — **Gênese, desenvolvimento e renovação do Serviço Social no Nordeste** — é integrada por nove capítulos que abordam a emergência e o desenvolvimento do Serviço Social nas capitais dos estados da região: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, escritos por docentes, individualmente ou em coautoria, de diversas gerações e portadores de salutar pluralidade de abordagens, a quem agradecemos a substantiva colaboração e parceria. A parte III — **Temas e reflexões em torno do Serviço Social em Pernambuco: a contribuição do PPGSS/UFPE** — traz sete capítulos, todos de autoria de docentes do Programa de Serviço Social da UFPE e tematiza questões que têm incidência no tema geral do livro, mas tratando de objetos específicos, atinentes às mediações históricas da formação profissional entre os anos 1940-1970, contribuições de Pernambuco à renovação do Serviço Social, abordagens sobre os movimentos e as lutas sociais, o significado histórico do

Desenvolvimento de Comunidade e a questão urbana no Nordeste. Finaliza essa parte um capítulo sobre o PPGSS/UFPE, ensaio comemorativo dos quarenta e dois anos do Programa, cuja linha do tempo evidencia as relações entre a pesquisa, a produção do conhecimento e a realidade regional e nacional, ademais das suas tendências.

Quando da finalização desta apresentação, recebemos a triste notícia do falecimento do professor e historiador Dr. Gadiel Perruci, um dos mais destacados pesquisadores marxistas da questão regional. A ele e ao professor Denis Bernardes, também falecido, ambos autores do antológico texto *O caranguejo e o viaduto*, citado na abertura desta apresentação, fazemos nossa homenagem, dizendo-lhes, Gadiel e Denis, presentes hoje e sempre!

Recife, 30 de agosto de 2021.

*Ana Elizabete Mota*

*Ana Cristina Vieira*

*Angela Amaral*





# Parte I

## Particularidades Históricas e Político-Regionais



# 1

## A QUESTÃO REGIONAL E O NORDESTE NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO<sup>1</sup>

*Evelyne Medeiros Pereira*

*A crise da sociedade brasileira apresentava-se no Nordeste com cores mais vivas e intensas do que no resto do Brasil. [...] De certo modo, na medida em que aí as contradições eram mais 'clássicas' (no sentido de Marx), o Nordeste era a região mais típica do Brasil; a sua crise expressava, em toda a sua crueza, a crise do conjunto do país.*

(Carlos Nelson Coutinho<sup>2</sup> [1990] 2011.)

---

1. Versão revisada e reduzida do texto intitulado “Existirmos — a que será que se destina? A questão regional e o Nordeste na formação social brasileira”, originalmente publicado no livro *Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional*, organizado por Adilson Aquino Silveira Júnior (CRV, 2020).

2. COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2011.)

As mistificações em torno da imagem do Nordeste há muito fazem parte da formação social brasileira. Sobretudo nos momentos de maior acirramento das contradições de classe, vez ou outra, esse tema toma renovado fôlego, sinalizando o papel central das desigualdades regionais no desenvolvimento histórico do capitalismo. Como o *sertão é também mundo*, tal como nos alertou Antônio Cândido (2014), ele expressa os problemas e dilemas da humanidade que transcendem o próprio sertão. As sábias palavras de um dos maiores intérpretes do Brasil certamente contribuem para o entendimento da dinâmica regional na perspectiva da totalidade.

As expressões da crise capitalista em curso na realidade brasileira revelam que a questão regional se reapresenta em um contexto que a torna mais viva e pulsante, demonstrando que o debate crítico em torno desse tema precisa ser reaberto, particularmente no Serviço Social. Desafio a ser enfrentado considerando que as desigualdades regionais não são obra da simples ausência de políticas de desenvolvimento regional ou da má gestão do aparelho de Estado, mas compõem a dinâmica própria do padrão de reprodução do capital, particularmente nos países de capitalismo dependente. Nesse sentido, a questão regional continua servindo de “tática dentro da estratégia global do modo de produção capitalista” (Perruci, 1984), ou seja, como parte necessária e subsidiária do desenvolvimento das relações sociais sob a hegemonia do capital monopolista, garantindo a (re)produção de níveis elevados e violentos de desigualdade e concentração de riquezas.

Consideramos oportuno lembrar, desde aqui, os valorosos esforços já desenvolvidos por tantas/os pensadores/as e estudiosos/as sobre essa temática. Muitos/as, inclusive, com os/as quais dialogaremos nesta breve exposição, a começar pelo ponto de partida que coincide com aquele a partir do qual Silvio Maranhão (1984, p. 8-9) dá início ao Seminário *Nordeste: estrutura econômica e social, desenvolvimento e processos políticos*, em março de 1982, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):

O Nordeste que se vê nesses textos não é um Nordeste harmonioso, comunitário, quase idílico, mistificado e “folclórico”. O Nordeste aqui discutido é um Nordeste fortemente diferenciado, parte integrante e integradora da formação social brasileira, onde as associações e dissociações, alianças e conflitos de classes e grupos sociais marcam, por assim dizer, o ritmo e o compasso dos processos históricos que tem lugar na região (Maranhão, 1984, p. 8-9).

A perspectiva aqui priorizada parte do pressuposto de que a realidade que nos parece local “[...] está sempre governada, altamente determinada, pela dinâmica da produção predominante na sociedade, no conjunto do subsistema econômico brasileiro” (Ianni, 1981, p. 127-128). A garantia de hegemonia capitalista implica fazer com que o Nordeste continue sendo visto desde o prisma das caricaturas temperadas de exotismo, das belezas nativas dos cartões-postais ao reforço da ideia do lugar dos esquecidos e dos condenados pela seca e pelo *subdesenvolvimento*.

Com base nessa perspectiva, adentraremos, panoramicamente, aspectos considerados fundamentais para estudos e reflexões acerca da questão regional no capitalismo brasileiro ontem e hoje.

## Questão regional na dialética universal-particular

O desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que demanda o processo de homogeneização para sua reprodução ampliada, integrando as regiões no mesmo modo de produção, cria e aprofunda, pelos mesmos meios, as desigualdades regionais que permitem uma acumulação cada vez mais privada das riquezas socialmente produzidas. Caso contrário, o padrão de reprodução das relações sociais capitalistas estaria fadado ao colapso. Tais desigualdades e contradições universalizaram-se mediante uma combinação entre diversas

configurações regionais<sup>3</sup>. Essa característica, aprofundada e particularizada em sociedades de capitalismo dependente, revela o caráter integrador e, ao mesmo tempo, desintegrador de regiões nesse sistema.

A coexistência das duas regiões numa mesma economia tem consequências práticas de grande importância. Assim, o fluxo de mão de obra da região de mais baixa produtividade para a de mais alta, mesmo que não alcance grandes proporções relativas, tenderá a pressionar sobre o nível de salário desta última, impedindo que os mesmos acompanhem a elevação da produtividade. Essa baixa relativa do nível de salários traduz-se em melhora relativa da rentabilidade média dos capitais invertidos. Em consequência, os próprios capitais que se formam na região mais pobre tendem a emigrar para a mais rica (Furtado, [1959] 2003, p. 248-249).

Em outras palavras, fora do circuito de interpretações dualistas, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem como devem ser combinadas e articuladas no sistema econômico global. No caso brasileiro, trata-se da permanente relação entre o *desenvolvimento desigual interno* e a *dominação imperialista externa*, (re)compondo as desigualdades regionais. O amálgama entre a modernização capitalista e a persistência de formas arcaicas não é, portanto, uma *função secundária e suplementar* (Fernandes, [1968] 2008). Ou, nos termos de Caio Prado Jr. (1972, p.18), “[...] o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo [...] ainda se acha intimamente entrelaçado com o seu passado”.

---

3. “No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual”. Trata-se da condição de existência e desenvolvimento do modo de produção capitalista: a universalização, a expansão mundial do capital como tendência, o que torna possível a burguesia criar um mundo “à sua imagem e semelhança” (Marx; Engels, [1848] 1998, p. 11-12). Isso, porém, sob uma combinação dialética de desigualdades de ritmo e intensidade entre nível das forças produtivas ou formas de reprodução do capital e relações de produção presentes nos diferentes territórios e regiões.

É exatamente nessa dialética do desenvolvimento desigual inter-regional que a formação social brasileira se constituiu historicamente numa combinação entre relações sociais capitalistas e aquelas que, mesmo não sendo tipicamente capitalistas, sobrevivem, se configuram nele e o reforçam. Afinal, “[...] não reconhecer [...] que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer [...] o processo de constituição do próprio capital enquanto relação social” (Oliveira, 1993, p. 30). A formação social brasileira pode ser entendida, assim, como uma forma particular de configuração da dialética arcaico-moderno que viabilizou e conformou, com suas especificidades e reciprocidades, o *patriarcado-racismo-capitalismo* (Saffioti, 2013).

O fato é que, mesmo diante de todas as desconformidades, o agente organizador da acumulação capitalista não deixou de ser a *burguesia associada ao grande capital* (Ianni, 2004) e destituída de um projeto político de orientação democrática e de soberania nacional, mediante arranjos de cúpula com setores oligárquicos, sem demandar uma ruptura por meio de uma revolução democrático-burguesa ou de libertação nacional (Iamamoto, 2007, p. 132). A dinâmica do capital por aqui foi realizada por meio de mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, não tendo como *meio ambiente original*, de transição, o definimento do feudalismo (Gorender, 1982).

Frente a tais considerações, o núcleo central da dinâmica capitalista no Brasil é exatamente a perpetuação de um enorme contingente de força de trabalho disponível, do monopólio da terra, das formas extraeconômicas de exploração do trabalho (semi ou pré-capitalistas) e de remuneração (monetária e não monetária) bem abaixo do valor da reprodução da força de trabalho, refletindo um baixíssimo padrão de vida do/a trabalhador/a, mesmo com o aumento da produtividade do trabalho. Tudo isso sob a interferência direta do Estado, que subsidia a base de sustentação dessa engenhosa arquitetura, socializando parte dos custos da reprodução da força de trabalho.<sup>4</sup>

---

4. Portanto, “[...] os serviços realizados a base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte

Daí o entendimento de que não há etapas bem definidas de desenvolvimento pelas quais cada formação social deva passar inexoravelmente. A apreensão dos aspectos que tornaram burguesa a sociedade brasileira sem vivenciar, por exemplo, um processo de ruptura com o latifúndio e seus antigos representantes é, a nosso ver, pressuposto central para o estudo sobre os fundamentos das desigualdades regionais e os descompassos entre as regiões tidas como mais ricas ou “avançadas” e as pobres ou “atrasadas” enquanto fenômeno moderno.

Regiões como o Nordeste funcionam nesse processo como verdadeira reserva da *superpopulação relativa*, garantindo o baixo custo da força de trabalho, mesmo com o aumento da produtividade. Já o Sudeste passa a assumir a função de região-centro, constituindo sua hegemonia sobre as demais regiões no movimento de concentração e centralização do capital. Para isso, as migrações cumpriram importante papel.

Em si mesmas, como afirma Lenin (1982, p.159), as migrações podem expressar fenômenos progressistas por possibilitar a mobilidade de trabalhadores/as, o rompimento com as determinações locais e com as “formas servis do salariado e do pagamento em trabalho”. Contudo, na formação social brasileira o estímulo às migrações deu-se sem necessariamente romper com tais relações, mantendo sob restrição permanente o acesso aos bens e serviços. Não se trata, desse modo, de uma suposta ausência do desenvolvimento capitalista, mas de um modo particular e dependente de inserção.

---

capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese. Não é estranha a simbiose entre ‘moderna’ agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? [...] Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda” (Oliveira, 2013, p. 57-58). O circuito da dependência e o “círculo vicioso do subdesenvolvimento” explicitam que mais valem empregadas domésticas recebendo baixíssimos salários, mulheres e homens realizando constantemente o trabalho não pago necessário a sua reprodução em cidades intrafegáveis, que um dispêndio de recursos destinados a estruturas coletivas que não propiciam lucro suficiente com o rebaixamento da força de trabalho urbana que depende desses mesmos serviços abundantes e degradados, e boa parte dessa força de trabalho não pode ao menos consumir tais serviços demandados.



## O Nordeste brasileiro e a modernização dependente

A questão regional brasileira se aprofunda em momentos históricos em que há uma combinação entre crise econômica e avanço das ideologias conservadoras ou reacionárias que penetram as ações estatais. Não à toa a realidade nordestina, com destaque para o estado do Ceará, foi cenário, na primeira metade do século XX, de atrocidades cometidas pelo Estado como forma de conter os efeitos e desdobramentos do fenômeno social da seca e da ameaça dos *retirantes*. Referimo-nos, entre outras iniciativas, à existência dos *campos de concentração* que mantinham trabalhadores/as atingidos/as pelo problema social da seca isolados/as na periferia da cidade, em estruturas precárias de cercados e sob severa vigilância e exploração do trabalho em obras públicas e de particulares<sup>5</sup>. Além disso, outras ações foram desenvolvidas como o estímulo às migrações para o trabalho nos cafezais do Centro-Sul e na extração de látex nos seringais da Amazônia, bem como a criação de órgãos públicos voltados para a chamada “solução hidráulica”, que consistia no direcionamento dessa força de trabalho para a construção de açudes via *frentes de serviço*.

O que essas políticas revelam é uma tendência intensa e permanente do autoritarismo no padrão de dominação burguesa no país, que se consolida no mesmo compasso em que a própria questão regional adquire maturidade, aperfeiçoando o papel econômico e político de regiões como o Nordeste na divisão inter-regional do trabalho. Para a sustentação dessa arquitetura, o mecanismo ideológico que consolida a imagem social do Nordeste e dos/as nordestinos/as, respectivamente, como “região-problema” e “classes perigosas” (Guimarães, 2008) tornou-se de fundamental importância. “Foi assim que o imperialismo e a burguesia, no Brasil, decidiram transformar o Nordeste numa questão política, militar e policial prioritária” (Ianni, 1981, p. 112) com a finalidade de acabar com todas as experiências democráticas que

---

5. Estima-se que cerca de 90 mil pessoas estiveram nesses “campos de concentração” nos anos iniciais da década de 1930. Cf. Neves, 2004.

emergiam na região. Afinal, até os avanços de natureza democrática e popular ameaçavam a estrutura que sustenta uma engenharia tão moderna quanto arcaica do latifúndio.

Segundo Florestan Fernandes ([1973] 2009), esse quadro tem seus determinantes mais bem estruturados desde a consolidação do “imperialismo total”, exigindo mecanismos prioritários por parte do Estado na tentativa de combater os efeitos do aprofundamento da questão regional e viabilizar tal consolidação via integração nacional diante da decadência da burguesia industrial, do declínio do pacto populista, da penetração de grupos econômicos e mercadorias produzidas no Centro-Sul e no Nordeste, da destruição da economia regional, promovendo a superacumulação e o adensamento das lutas populares. O acirramento desses conflitos, somado ao pauperismo que gerou a ameaça social dos “flagelos da seca”, demandou outras intervenções por parte do Estado brasileiro.<sup>6</sup> Nesse quadro, podemos

---

6. Vale destacar que existe um vasto enredo da vida real centrado em um conjunto de experiências de protestos e lutas populares que não foram incorporadas nas “narrativas nacionais” com uma nítida intenção por parte dos setores dominantes de isolá-las e associá-las pejorativamente ao fanatismo e banditismo. Isso é demonstrado na importante obra de Rui Facó (1963, p.15-16) ao fazer alusão à concepção hegemônica dos fenômenos do cangaceirismo e do messianismo vividos sobretudo no Nordeste no fim do século XIX e na primeira metade do século XX e desconstruí-la. Outra figura que passa a compor a narrativa nacional sobre o Nordeste foi o “flagelo da seca”, expressão do fenômeno social da seca na região. Diante disso, para Nobre (2010, p. 5-6), foram quatro as principais formas de enfrentamento às consequências das secas por parte do Estado: 1) “Controlar os flagelos”, mantendo-os “isolados na periferia da cidade, em estruturas precárias de cercados [...] e sob severa vigilância. [...] tais locais de contenção dos flagelos da seca passaram a ser chamados de ‘campos de concentração’ [...] depositário de força de trabalho barata que era usada em obras públicas e de particulares.”. 2) Estímulos a migrações para o trabalho nos cafezais do Centro-Sul e na extração de látex nos seringais da Amazônia, recrutamento por parte de empreiteiras envolvidas na construção da transamazônica; 3) Medidas de contenção das migrações do sertão para as cidades com a “criação de órgãos públicos voltados para a chamada ‘solução hidráulica’”. Esta consistia no direcionamento da força de trabalho dos retirantes da seca para a construção de açudes, através das chamadas ‘frentes de serviço’” (Nobre, 2010, p. 7). Para Oliveira (1981, p. 55), esses episódios da história do Nordeste expressam formas típicas da acumulação primitiva do capital. Antigas instituições, como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), de 1909, que passa a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, representaram um “esforço racionalizador” por parte do Estado, avançando-se “muito no conhecimento físico do Nordeste semiárido, de suas potencialidades e limites [...]”. Não se avançou nada, porém, em termos do

situar, mesmo que de maneira tardia, uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste com base na industrialização da região. Para os idealizadores dessa política, certamente o que estaria em questão seria o enfrentamento às relações tidas como atrasadas na agricultura e a produção de uma “[...] larga ‘periferia’ onde predominam padrões não capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas”, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (Oliveira, 2013, p. 69).

A superação desse tipo de relações seria como romper com a *dependência da dependência*, já que “[...] a integração ao mercado interno significa tornar a região que se integra ‘dependente’ da economia do Sudeste, isto é, as vantagens da industrialização desequilibram a economia ‘normal’ da região e impõem uma nova divisão do trabalho em função do Sudeste” (Oliveira, 1977, p. 52). Por outro lado, esse desequilíbrio regional, expressando também conflito de classes, “[...] que aparece sob as roupagens de conflitos regionais [...] chegará a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção ‘planejada’ do Estado no Nordeste, ou a Sudene” (Oliveira, 1981, p. 113). Marcada em sua história por embates e ambiguidades, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) representou exatamente o direcionamento hegemônico que as políticas dessa natureza tiveram no período desenvolvimentista.<sup>7</sup>

---

entendimento e desvendamento de sua estrutura socioeconômica [...]” (Oliveira, 1981, p. 51). Em suma, acabaram por beneficiar proprietários rurais e o “controle político na distribuição de alimentos e vagas para o alistamento”, conformando a conhecida “indústria da seca”; 4) Criação de instituições voltadas para a assistência aos “flagelados” da seca. Estas tinham, no entanto, associação direta com a polícia, referendando a velha e necessária combinação entre repressão e assistência na garantia de hegemonia. Nobre (2010) apresenta como exemplo o Serviço de Socorro e Assistência às Vítimas da Seca (SSAVS) e o Serviço Social do Estado (SSE), além de ações de combate à mendicância, de profissionalização e “higienização” da cidade.

7. É importante ressaltar que, diferentemente do que apontam algumas análises críticas, a experiência da Sudene não pode ser resumida a uma “farsa”. A história dessa instituição foi marcada por ambiguidades e embates entre as forças e aspirações populares e aquelas do grande capital monopolista que procuravam socorrer os interesses das elites locais do “[...] velho Nordeste dos ‘coronéis’ e da burguesia açucareira, convocando as forças da burguesia

A intervenção planejada do Estado dá-se, portanto, por meio do deslocamento de esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste por outros que têm sua matriz noutra contexto de acumulação. Desse modo, o excedente produzido na região é transmutado, por meio de sua parcela destinada ao fundo público, em capital a favor da *grande burguesia do Centro-Sul*. Isso significa que o custo da reprodução da força de trabalho continuará baixo mesmo com o aumento da produtividade; as mercadorias produzidas na região continuarão sofrendo a deterioração dos termos de troca, abastecendo a nova classe assalariada urbana em ascensão, principalmente no Sudeste, e garantindo a oferta de recursos naturais à industrialização nacional. O empobrecimento da população trabalhadora nessa região, junto à extração da *mais-valia extraordinária* durante o regime militar, viabilizou o “milagre brasileiro”.

A base e as circunstâncias objetivas das expressões da questão social no Nordeste, atravessadas pelo monopólio da terra, sinalizam como o modo de produção se generalizou por meio da industrialização sem, no entanto, destituir-se do peso agrário-exportador mediante a superexploração da força de trabalho e a associação entre capital nacional e estrangeiro, obstaculizando o crescimento das forças produtivas. Isto, diferentemente do que muitos atestaram, sob o invólucro da marcha do desenvolvimento e crescimento econômico,

---

internacional-associada e do imperialismo para liquidar as classes populares” (Oliveira, 1981, p. 15). Caso essas forças não tivessem ganho, certamente teríamos um outro Nordeste e um outro Brasil. De toda forma, há que considerar a Sudene “um empreendimento de uma audácia inédita na história nacional” (Oliveira, 1981, p. 18) que, de alguma forma, enfrentou resistências, inclusive das “elites nordestinas temerosas da perda de privilégios”, que atacavam a figura de Celso Furtado e viam sua defesa da reforma agrária como ameaçadora, dando margem para a subversão associada aos movimentos camponeses da época (Furtado, 2009, p. 12). Mesmo com o teor progressista, com o objetivo de combater as desigualdades regionais e com a diversidade de opiniões e concepções em disputa em torno da Sudene, ela acaba tornando-se “[...] um mecanismo de destruição acelerada da própria economia ‘regional’ nordestina”, promovendo a expansão capitalista no Nordeste via hegemonia da burguesia do Centro-Sul expressa na tendência das empresas ou grupo de empresas que já são principais no Brasil serem principais no Nordeste” (Oliveira, 1981, p. 113).

não seria possível fora dos marcos da dialética do desenvolvimento desigual inter-regional do capitalismo e da modernização dependente no Brasil.

## O Nordeste e o nosso tempo histórico

As desigualdades regionais tomam proporções e características diversas no contexto contemporâneo. O processo de financeirização e sua incessante busca de valorização do capital têm como necessidade a constante superação de fronteiras de tempo e espaço, o que, por outro lado, acaba por estabelecer outras tantas barreiras territoriais e diferenciações regionais em uma mundialização que também se regionaliza. Fruto desse processo, ocorre o adensamento da questão social na sua dimensão regional, expressa pela intensificação da divisão internacional — e inter-regional — do trabalho<sup>8</sup>, da exploração por intermédio da reestruturação produtiva e dos diversos conflitos de base territorial refletidos na violenta onda migratória, recompondo a questão regional em termos macrossociais.

Mesmo diante de governos de cunho progressista nas primeiras décadas do século XXI que destacaram o protagonismo do Nordeste do ponto de vista do “desenvolvimento social” e “crescimento

---

8. A menor rotação de capital nos países centrais implica uma maior rotação nos países dependentes, como uma menor composição orgânica do capital nos primeiros, demanda uma realização mais rápida da mercadoria nos segundos. Ocorre que tais (des)compassos se reproduzem internamente aos próprios países, integrando os territórios nacionais à divisão internacional (e inter-regional) do trabalho. Assim, “[...] a divisão do trabalho em geral está relacionada diretamente à divisão territorial do trabalho, à especialização de certas regiões na produção de um único artigo, às vezes de uma única variedade de um artigo e até de uma única parte de um artigo. [...] A manufatura não cria apenas regiões completas, mas introduz a especialização no interior mesmo dessas regiões”. Isto, porém, contraditoriamente, nos diz que “[...] a existência de matéria-prima num dado local não é, de modo algum, obrigatória para a manufatura e dificilmente seria comum a ela, já que a manufatura pressupõe relações comerciais já bastante amplas” (Lenin, 1982, p. 275-276).

econômico”, sinalizando inflexões nas formas de enfrentamento à questão social nessa região, o trauma *técnico-burocratizante* apontado por Perruci (1984, p.12) persiste. O termo refere-se aos resquícios de tantas formulações e teorizações que, desde a ditadura civil-militar, só adensaram e consolidaram o papel dessa região na divisão inter-regional do trabalho.<sup>9</sup>

A apreensão das condições atuais de inserção da Região Nordeste no padrão de (re)produção capitalista demanda relacionar aspectos de natureza conjuntural (o valor da força de trabalho, os custos de vida, os incentivos fiscais, a “geografia econômica”, o índice de empregabilidade, o acesso aos serviços sociais etc.) com condições estruturais, leis e tendências gerais do capitalismo em meio ao complexo sistema de financeirização e fetichismo do capital. Essa dinâmica é impulsionada não apenas pelos fatores econômicos, mas também pelas circunstâncias e desdobramentos no âmbito político que põem em outro patamar a luta de classes.

É certo que a expansão capitalista pode promover, mesmo que temporariamente, a inclusão de uma maior parcela da população, tanto no consumo quanto no mercado de trabalho, elevando os índices de crescimento econômico e o incentivo ao setor produtivo em regiões como o Nordeste. Contudo, isso ocorre de forma descompassada entre os setores da economia capitalista e entre as próprias regiões, acompanhado pelo avanço do agronegócio no Brasil cuja baixa capacidade de gerar ocupações é incomparável às atividades relativas à agricultura familiar. Entre as ocupações geradas, o peso da informalidade e da reestruturação produtiva ganha cada vez mais notoriedade, o que tende a se agravar diante das recentes modificações nas legislações trabalhista e previdenciária, sobretudo nas condições do/a trabalhador/a do campo, propiciando às frações burguesas a apropriação ainda maior do trabalho necessário via exploração e expropriação. De repente, os ínfimos ganhos da população se esvaem.

---

9. Cf. Pereira (2018).

Fica evidente, no caso brasileiro, a funcionalidade do *atraso* na modernização dependente. O mesmo desenvolvimento que integra regiões, as tornam desiguais. É o que revela o atual contexto que combina de forma peculiar o reacionarismo político-cultural às medidas ultraliberais no âmbito econômico, atualizando e reforçando o *conservantismo* próprio da burguesia brasileira e o seu padrão *autocrático* de dominação (Fernandes, 2015). Junto a isto, reforça-se também o papel histórico do Nordeste na divisão inter-regional do trabalho, demonstrando que o avanço das relações capitalistas pode, e deve, provocar transformações nas características da questão regional, em suas exterioridades, mas, em vez de eliminá-la, ele agrava e aprofunda essa questão, garantindo sua persistência e coexistência com a questão nacional.

Vale, contudo, ressaltar que as regiões são e estão em movimento. Há, pois, na história regional e nacional, vários “Nordestes”. Nas palavras de Manuel Correia de Andrade (1984, p. 53), em meio ao desequilíbrio planejado, o Nordeste “[...] é muito mais um amálgama de regiões do que uma região”. Nessa perspectiva, se por um lado o Nordeste é reserva de acumulação primitiva do sistema global, também é, por outro, “[...] espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e, por consequência uma forma especial da luta de classes [...]” (Oliveira, 1981, p. 79).

O mais recente golpe de Estado no país trouxe à tona a combinação entre o ultraliberalismo e um governo sustentado por um movimento de cunho neofascista. Esse cenário tem impulsionado novo movimento de concentração e centralização de capitais, reforçando a condição de país agroexportador e dependente. Algumas das suas principais expressões são a reprimarização da pauta exportadora, com base na alavanca da dívida pública; a atrofia do mercado interno, da capacidade de consumo das classes subalternas e da formalização do trabalho; o peso da pauperização absoluta na combinação com formas de pauperização relativa; a menor composição orgânica do capital na indústria; o rebaixamento real do salário; formas de elevação de

produtividade intermediadas pela recomposição de relações de trabalho não monetarizadas e pela coerção extraeconômica sobre o/a trabalhador/a etc.; ou seja, um amplo movimento *contrarrevolucionário*, de regressão das conquistas civilizatórias, cujos efeitos atingem de forma particular regiões como o Nordeste.<sup>10</sup>

Diante disso, não soa, nem soará, estranha a ascensão de “novos” recursos ideológicos como forma de legitimar o aprofundamento das desigualdades regionais pelo reacionarismo de nossa classe dominante. Resta-nos afirmar o compromisso de seguir a saga, revelando os (des) encontros entre passado e presente, entre universal e regional como subsídio à ação dos/as trabalhadores/as, ou seja, da única classe capaz de transpor as cercas que persistem em reproduzir a barbárie.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão regional: o caso do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 41-54.

CÂNDIDO, Antônio. *Grande Sertão Veredas: Antônio Cândido sobre Guimarães Rosa*. [S. l.: s. n.] mar. 2014. Publicado pelo canal ZekitchaCostello. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nn9YMb6S7VQ>. Acesso em: 12 maio 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2011.

---

10. Em 2018, o Nordeste era a região com 29% dos desocupados do país, bem como a maior na proporção de pessoas que procuraram trabalho por mais de dois anos. Dos 12,8 milhões de brasileiros nessa situação, 3,7 milhões eram nordestinos. O Nordeste representou 41% dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no país. Dos 6,6 milhões de brasileiros nessa situação, 2,7 milhões eram nordestinos. (IBGE, 2018)



FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. rev. São Paulo: Global, [1968] 2008.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, [1973] 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, [1959] 2003.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. Apresentação. In: FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. v. 2. (Coleção Arquivos Celso Furtado).

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.

IBGE. *PNAD Contínua tri*: taxa de subutilização da força de trabalho é de 24,6% no segundo trimestre de 2018, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>. Acesso em: 4 fev. 2020.

IBGE. *Maior proporção de empresas de alto crescimento está no Norte e Nordeste*. Brasília: EBC Agência Brasil, 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/emb-maior-proporcao-de-empresas-de-alto-crescimento-esta-no-norte-e>. Acesso em: 10 set. 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*. São Paulo: Abril Cultural, [1899] 1982.

MARANHÃO, Silvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do Partido Comunista. O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1848] 1998.

NEVES, Frederico de Castro. *A seca na história do Ceará. Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2004.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Cercas e secas na história do Ceará: expressões da “questão social”*. In: *Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 12, Rio de Janeiro, 6 a 10 dez. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1977] 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. *A questão regional: a hegemonia inacabada. Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 18, v. 7, p. 43-63, maio/ago. 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. *A dialética do desenvolvimento desigual interregional: a questão social no Nordeste brasileiro (2007-2015)*. 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Silvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 11-30.

PRADO JUNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: realidade e mito*. São Paulo: Expressão Popular, [1969] 2013.